

Proposta para uma nova política exportadora

Todo apoio à Cacex, mas com menor interferência do Estado no setor. É esta, em síntese, a proposta da Associação dos Exportadores Brasileiros (AEB) para uma nova política nacional de comércio exterior. A entidade defende uma redução da influência, principalmente da Interbrás, nessa área, além da manutenção de uma política de câmbio realista.

Para a AEB, o comércio exterior brasileiro poderá crescer 30% nos próximos três anos, através de "ação flexível sobre as exportações e disciplinada descompressão das importações, obtendo superávit compatível com as necessidades ditadas pelos compromissos externos com as possibilidades da economia nacional".

Ao divulgar, no Rio, as linhas básicas do documento encaminhado à direção da Cacex e que será submetido às autoridades do setor econômico, o presidente da AEB, Norberto Ingo Zadrozny, mostrou-se confiante em que as empresas exportadoras manterão o lugar conquistado nos mercados externos, não desviando sua produção para um mercado interno em ritmo de acentuada expansão. A seu ver, muitas indústrias estão ampliando instalações e aumentando os turnos de trabalho, a fim de atender simultaneamente aos consumido-

res internos e a seus clientes no Exterior. Ele também defendeu o aumento das importações, como forma de baratear o preço das matérias-primas e assim aumentar o poder de competição, no Exterior, das mercadorias brasileiras.

Um dos itens da política de comércio exterior da AEB é que o governo deve dar continuidade à substituição das importações, "não orientada para excesso de benefícios ou de proteção, mas sim via racionalidade e equilíbrio dos instrumentos de apoio e pela revitalização do mercado interno".

Para atingir os objetivos propostos no seu documento, a Associação dos Exportadores Brasileiros defende a racionalização e desburocratização dos órgãos envolvidos nas operações desse setor, que registra a participação de 12 ministérios de 50 diferentes órgãos. A AEB quer ver a Cacex transformada em agência especial do governo, absorvendo a comissão de política aduaneira, o Befix, o IBC e o IAA.

Outra proposição da AEB é para descompressão dos controles de importação, com definição das regras vigentes em relação a produtos de importação proibida, os sujeitos a controles especiais e os liberados, além de redução drástica ou eliminação de isenções fiscais na importação.